



A Santa Sé

VISITA PASTORAL À ARQUIDIOCESE DE MILÃO

E VII ENCONTRO MUNDIAL DAS FAMÍLIAS

(1-3 DE JUNHO DE 2012)

ENCONTRO COM AS AUTORIDADES

DISCURSO DO PAPA BENTO XVI

Sala do Trono do Arcebispado de Milão

Sábado, 2 de Junho de 2012

[[Vídeo](#)]

Ilustres Senhores

Estou-vos sinceramente grato por este encontro, que revela os vossos sentimentos de respeito e de estima pela Sé Apostólica e que ao mesmo tempo me permite, como Pastor da Igreja Universal, manifestar-vos apreço pela obra diligente e benemérita que não cessais de promover, para um bem-estar civil, social e económico cada vez maior das laboriosas populações milanesas e lombardas. Agradeço ao Cardeal Angelo Scola, que introduziu este momento. Enquanto vos dirijo a minha saudação deferente e cordial, o meu pensamento corre àquele que foi vosso ilustre predecessor, santo Ambrósio, governador — *consularis* — das províncias da *Liguria* e da *Aemilia*, com sede na cidade imperial de Milão, lugar de passagem e de referência — diríamos hoje — europeu. Antes de ter sido eleito Bispo de *Mediolanum*, de modo inesperado e absolutamente contra a sua vontade porque não se sentia preparado, ali tinha sido o responsável pela ordem pública e administrara a justiça. Pareceu-me significativas as palavras com as quais o prefeito Probo o convidou como *consularis* a Milão; com efeito, disse-lhe: «Vai e administra não como um juiz, mas como um bispo!». E ele foi efectivamente um governador equilibrado e iluminado, que soube enfrentar as questões com sabedoria, bom senso e autoridade, sabendo superar contrastes e reconstituir divisões. Gostaria de meditar de forma breve precisamente sobre alguns

princípios, que ele seguia e que ainda hoje são preciosos para quantos são chamados a governar o Estado.

No seu comentário ao Evangelho de Lucas, santo Ambrósio recorda que «a instituição do poder deriva tão bem de Deus, que aquele que o exerce é ele mesmo *ministro de Deus*» (*Expositio Evangelii secundum Lucam*, IV, 29). Tais palavras poderiam parecer estranhas aos homens do terceiro milénio, e no entanto indicam claramente uma verdade central sobre a pessoa humana, que constitui um fundamento sólido da convivência social: nenhum poder do homem pode considerar-se divino, e portanto nenhum homem é senhor de outro homem. Ambrósio lembrá-lo-á intrepidamente ao imperador, escrevendo-lhe: «Também tu, ó augusto imperador, és um homem!» (*Epistula* 51, 11).

Podemos obter mais um elemento do ensinamento de santo Ambrósio. A primeira qualidade de quem governa é a *justiça*, virtude pública por excelência, porque diz respeito ao bem da comunidade inteira. E no entanto ela não é suficiente. Ambrósio acompanha-a com uma outra qualidade: *O amor pela liberdade*, que ele considera um elemento discriminante entre os governantes bons e os maus porque, como se lê noutra carta sua, «os bons amam a liberdade, os réprobos amam a servidão» (*Epistula* 40, 2). A liberdade não é um privilégio para alguns, mas um direito para todos, um direito precioso que o poder civil deve garantir. Todavia, liberdade não significa arbítrio do indivíduo, mas implica ao contrário a responsabilidade de cada um. Este constitui um dos elementos principais da *laicidade do Estado*: assegurar a liberdade, a fim de que todos possam propor a sua visão da vida comum, mas sempre no respeito pelo próximo e no contexto das leis que visam o bem de todos.

Por outro lado, na medida em que se ultrapassa a concepção de um Estado confessional, parece claro, contudo, que as suas leis devem encontrar justificação e força na lei natural, que é fundamento de uma ordem adequada à dignidade da pessoa humana, superando um conceito meramente positivista do qual não podem derivar indicações que sejam, de modo algum, de cunho ético (cf. *Discurso ao Parlamento alemão*, 22 de Setembro de 2011). O Estado encontra-se ao serviço e em tutela da pessoa e do seu «*bem-estar*», nos seus múltiplos aspectos, a começar pelo direito à vida, cuja supressão deliberada nunca pode ser permitida. Então, cada um pode ver como a legislação e a obra das instituições estatais devem estar em particular ao serviço da família, fundada sobre o matrimónio e aberta à vida, e também reconhecer o direito primário dos pais à livre educação e formação dos filhos, em conformidade com o programa educativo que eles julgarem válido e pertinente. Não se faz justiça à família, se o Estado não sustentar a liberdade de educação, para o bem comum de toda a sociedade.

Neste existir do Estado para os cidadãos parece preciosa uma colaboração construtiva com a Igreja, sem dúvida não para uma confusão das finalidades e das funções diversas e distintas do poder civil e da própria Igreja, mas para a contribuição que ela deu e ainda hoje pode oferecer à sociedade com a sua experiência, doutrina, tradição, instituições e obras, com as quais se

colocou ao serviço do povo. É suficiente pensar na maravilhosa plêiade de Santos da caridade, da escola e da cultura, do cuidado dos enfermos e marginalizados, servidos e amados como se serve e se ama o Senhor. Esta tradição continua a dar frutos: a laboriosidade dos cristãos da Lombardia nestes âmbitos é bastante viva e talvez ainda mais significativa do que no passado. As comunidades cristãs promovem estas obras não tanto por suplência, mas acima de tudo como superabundância gratuita da caridade de Cristo e da experiência totalizadora da sua fé. O tempo de crise que atravessamos tem necessidade, além de escolhas técnico-políticas intrépidas, também de gratuidade, como tive a oportunidade de recordar: «A “cidade do homem” não é promovida apenas por relações feitas de direitos e deveres, mas antes e sobretudo por relações de gratuidade, misericórdia e comunhão» (Encíclica *Caritas in veritate*, 6).

Podemos receber um último precioso convite de santo Ambrósio, cuja figura solene e admoestadora está inserida no estandarte da Cidade de Milão. A quantos desejam colaborar para o governo e a administração pública, santo Ambrósio pede que se façam amar. Na obra *De officiis* ele afirma: «Aquilo que o amor faz, o medo jamais poderá realizá-lo. Nada é mais útil do que fazer-se amar» (II, 29). Por outro lado a razão que, por sua vez, move e estimula a vossa presença diligente e laboriosa nos vários âmbitos da vida pública só pode ser a vontade de vos dedicardes ao bem dos cidadãos e, por conseguinte, uma expressão clara e um sinal evidente de amor. Assim, a política é profundamente enobrecida, tornando-se uma forma elevada de caridade.

Ilustres Senhores! Acolhei estas minhas simples considerações como um sinal da minha profunda estima pelas instituições que vós servis e pela vossa obra tão importante. Nesta vossa tarefa vos assista a salvaguarda incessante do Céu, da qual quer ser penhor e auspício a Bênção apostólica, que vos concedo a vós, aos vossos colaboradores e às vossas famílias. Obrigado